

In: ISMÉRIO, Clarisse; PREVEDELLO, Carine (Orgs.). Nem tudo são rosas [recurso eletrônico]: refletindo os preconceitos, as lutas e conquistas femininas. São Paulo: Vecher, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.47585/nemtudosasorosas>>.

A naturalização do abuso ao feminino: atenção mulheres, um passo à frente quem nunca foi molestada!

Stéfani Romero¹ e Silvia Vargas²

doi.org/10.47585/nemtudosasorosas12

¹ Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário da Região da Campanha – Urcamp, <http://lattes.cnpq.br/7591778522046689>, e-mail: stefanimachadoromero@gmail.com

² Doutoranda em Psicologia da Universidade de Buenos Aires, <http://lattes.cnpq.br/0804203045431848>, e-mail: psi.silviavargas@gmail.com

Introdução

Nascer mulher é enfrentar a probabilidade de ser abusada na infância, se criar mulher é ver o corpo mudando sob a curiosidade e cobiça do olhar masculino, ser mulher é ter que enfrentar o abuso, diário e cotidiano nos locais mais inesperados, das pessoas mais próximas, em casa, do marido, do pai, irmãos, na escola, dos colegas, professores, coordenação, no trabalho, novamente dos colegas, do chefe, todos espaços que se depreende serem seguros. Ser mulher é contar com a certeza de, no mínimo, ser molestada. Segundo Araújo, Ana Paula (2020, p. 13) “A maior parte dos homens não tem ideia de como é esse dia a dia, mas a verdade é que é uma vida de estratégias mentais e práticas para evitar ser tocada contra a vontade”.

As principais teóricas que nortearam esse estudo foram Ana Paula Araujo, Virgínia Woolf, Simone de Beauvoir e Maria Rita Kehl. Autoras que abordam as questões feministas de forma ampla e com uma teia de ligações e acontecimentos que envolvem o passado e a atualidade. Mulheres que se permitem ser resilientes e craquelar essa visão do feminino submisso, falar por si e de si para que a informação desconstrua o machismo presente no inconsciente coletivo.

A discussão sobre o abuso ao feminino tem sua importância na evolução de direitos e a modernização da mulher no mercado de trabalho e fora de casa, para que se faça de forma mais igualitária libertando as capacidades e vontades de cada uma. O objetivo é o termino da estigmatização do corpo da mulher como o pecado erótico que serve ao masculino, a visualização da importância da mulher como constituinte do mundo e crescimento resiliente das mulheres abusadas.

O preconceito histórico contra o feminino

O mundo sempre pertenceu aos machos. Nenhuma das razões que nos propuseram para explicá-lo nos pareceu suficiente. É revendo à luz da filosofia existencial os dados da pré-história e da etnografia que poderemos compreender como a hierarquia dos sexos se estabeleceu. (BEAVOUIR, 2019, p.95).

Baseando-se na explicação criacionista, mais antiga e ainda popular, da existência do ser humano na terra, mitológica ou não, Adão e Eva na crença cristã, são os primogênitos que deram origem ao resto da humanidade. Deus criou Eva da costela de Adão e a apresentou – presenteou - ao homem. Além da mulher, compondo o eterno pecado feminino por ter comido a maçã e oferecido ao homem, ganhou o lugar de “tentação” junto com a serpente e terminou com o paraíso em que viviam. Ser criada a partir de um pedaço do homem, arraigou sua dependência na história e na cultura, além de uma dívida eterna no imaginário humano.

A representatividade feminina na história é vasta, porém a fisiologia da mulher, sua condição de sexo frágil, excessivamente explorada, a impossibilitou de muitas participações similares ou até maiores que as do homem ao longo da história. Antes do avanço da ciência e a existência de pílulas anticoncepcionais como meio de prevenção a uma gravidez indesejada, a maioria das mulheres, dependendo do meio socioeconômica e cultural em que estavam inseridas não tinham a opção de não engravidar, acabavam tendo muitos filhos e a vida se resumia em meses de gestação, amamentação e, em um curto período, a possibilidade de engravidar novamente. Ser gestante, principalmente quando havia esta grande frequência, poderia levar a problemas físicos e até a morte, pela gravidez de risco, problemas no parto, ou ainda, sem os cuidados necessários, o corpo poderia se debilitar de tal forma a não ter mais condições de gestar, parir ou viver.

A mulher ‘pertencia’ ao homem e, a sociedade ignorava os abusos sofridos dentro do casamento.

Pelo casamento, a mulher não é mais emprestada por um clã ou outro; ela é radicalmente tirada do grupo em que nasceu e anexada ao esposo; ele compra-a como compra uma rês ou um escravo e impõe-lhe as divindades domésticas; e os filhos que ela engendra pertencem à família do esposo. (BEAVOUIR, 2019, p.118).

Além da mulher ser ignorada como um ser social, com sua individualidade e peculiaridades, ela também era marginalizada pela lei. O Código Criminal do Império do Brasil - 1830, primeiro código penal brasileiro independente de Portugal, previa, por exemplo, que se o estupro se casasse com a vítima ele era inocentado do crime de estupro, pois o casamento seria uma reparação já que a mulher não era mais “pura” e

de acordo com as convenções sociais do século XIX, seria difícil que essa se casasse com outro homem. Esse formato de lei saiu do código penal apenas em 2005 (ARAUJO, 2020, p.295), sim 2005, há 16 anos.

Molestar, estuprar, abusar da esposa, em sua maioria, não era visto como errado, muito menos como crime e, na rua por estranhos, também poderia, dependendo da conduta que a mulher exercia diante da sociedade, ser julgada como vítima ou culpada.

Até 2005, o Código Penal Brasileiro ainda caracterizava o estupro como “ter conjunção carnal com uma mulher honesta”. Isso significava que, se a vítima trabalhasse como prostituta ou se tivesse a reputação de ter tido vários parceiros sexuais, a pena para o agressor era menor. (ARAUJO, 2020, p.294).

Quem seria a “mulher honesta (!?)”, em um espaço/tempo que essas mesmas leis eram redigidas somente por homens, infelizmente não muito distante da realidade que temos hoje. O Estado ou o homem, seja ele pai, marido ou companheiro ainda legisla sobre o corpo da mulher acima do seu próprio querer.

O corpo da mulher ainda pertence ao Estado brasileiro, o aborto é legalizado limitadamente, sendo aceito apenas em casos de estupro, sendo o termo e situação estupro amplamente questionável, ou se for de risco a vida da gestante. Podendo haver uma contrariedade a liberdade da mulher como dona de si. Ter um filho indesejado muda todos os sentidos construídos até então e implica em prejuízo socioemocional e afetivo para ambas as partes – mãe/bebê. Além de ter que passar por 9 meses de uma gestação indesejada, tem o parto, o período da amamentação, criação e até mesmo, se a adoção for uma opção, isso também exige maior desgaste por conta da burocracia que o aborto extinguiria. Cabe analisar que com a não legalização do aborto aumentam os riscos que a mulher corre, pois isso não as impede de cometê-lo de modo clandestino, correndo perigo e risco de morte. Não é uma questão de o feto já ser uma pessoa ou não, é a inadmissibilidade do aborto, a opção inexistente de poder decidir o que acontece com o próprio corpo, de não desejar gestar naquele momento ou ainda, não mais, visto que até mesmo para um processo de laqueadura a mulher precisa de autorização escrita e assinada de seu marido ou companheiro.

O aborto como questão de direito individual remete a um dos fundamentos do feminismo contemporâneo: o princípio democrático liberal do direito aplicado ao corpo; direito baseado nas ideias de autonomia e liberdade do liberalismo, expresso na máxima feminista “nosso corpo nos pertence”, que se difundiu internacionalmente a partir dos países centrais e marcou as lutas feministas relacionadas à sexualidade, à contracepção e ao aborto. A apropriação do corpo também significava para as mulheres a possibilidade da livre escolha da maternidade. No caso brasileiro, essa influência foi clara no início do feminismo contemporâneo (1970/85) e, posteriormente, será ressignificada na adoção do conceito de direitos reprodutivos, a partir de meados dos anos 1980. (SCANOVE, 2008).

Contextualizando o feminino à cultura, vê-se explícito na literatura a visão do homem para a feminilidade, o valor que é falado, mas não é tido. O embelezamento em escritas masculinas ao longo da história valoriza a mulher como algo belo e o tratamento para com ela se mostra o averso.

Ela permeia a poesia de capa a capa; está sempre presente na história. Domina a vida de reis e conquistadores na ficção; na vida real, era a escrava de qualquer garoto cujos pais lhe enfiassem um anel no dedo. Algumas das palavras mais inspiradoras, alguns dos pensamentos mais profundos da literatura vieram de seus lábios; na vida real, ela pouco conseguia ler, mal conseguia soletrar e era propriedade do marido. (WOOLF, 2014, p. 66 e 67).

Torna-se difícil o processo de individualização da mulher a partir de uma sociedade patriarcal. O preconceito existente por simplesmente ser mulher, a dominação masculina e a submissão feminina que aumentam a desigualdade de gênero estimula a problemas para o feminino, como relacionamentos abusivos, feminicídios, violência física, psicológica, entre outras.

Nascer desvalorizada

A desvalorização do nascimento de uma menina pode se tornar explícito quando o pai, considerado ainda, em muitos lugares, o provedor, responsável pelo financeiro da casa e com um emprego valorizado,

não tem quem herde os seus bens, ou não confia na capacidade de uma mulher, filha e herdeira, para gestão do patrimônio que construiu. Ter um filho homem, em uma sociedade regida pelo machismo, se associa a ter um herdeiro, uma representação masculina da família que dará também continuidade ao legado através de seu sobrenome passado a seus filhos. Ter uma filha mulher geralmente está ligado ao sentimento de proteção, futuramente passado ao marido, ato demonstrado nos casamentos quando o pai “entrega” a filha ao futuro esposo. É um fato histórico o ensino da maioria das mulheres ser, ainda hoje, dirigido aos cuidados com a casa, tendo seus “dotes” analisados a partir das competências em gerir um lar para que no casamento o marido tenha ganhos e vantagens.

Observa-se que as mulheres tinham direitos legais à propriedade, mas o exercício do poder sobre os bens estava condicionado a práticas sociais. Solteiras, esposas e, mesmo viúvas, dependiam de que não houvesse oposição de parentes do sexo masculino, ou do juiz de órfãos da localidade, para usufruir do patrimônio. (MELO e MARQUES, 2018, p.4).

Como representação machista desse patriarcado, os sobrenomes familiares são, culturalmente, o do homem e a passagem de nomes importantes aos filhos, seguidos por – Junior, Filho, Neto. Assim, o papel da mulher na história é lembrado por representações de apoio aos “seus” homens em guerras, literatura, ciência, entre outros. Lembrado como a que auxilia, que reza, que ora, como a dona do lar, que tem como objetivo ser prestativa, subserviente, econômica e virgem até o casamento – “dote” que gera feminicídios até hoje – mãe e esposa fiel.

Como representatividade feminista, muitas mulheres resolveram não possuir o sobrenome do marido, ser lembrada pelo seu próprio nome, pelas suas conquistas e obter também uma função com renda, buscando por formação e qualificação, afim de prover o seu próprio sustento.

Gilmore Girls – seriado estadunidense, com suas sete temporadas originais tendo sido realizadas entre 2000 e 2007 e com um revival em 2016 conhecido como Gilmore girls - um ano para recordar, tem como protagonistas, duas mulheres, mãe e filha, independentes, inteligentes e feministas. Gilmore,

mantendo a cultura machista é o sobrenome do pai de Lorelai, que engravidou aos 16 anos e após ver que ao continuar no núcleo familiar teria que se casar e ter uma família, excluindo seus objetivos de liberdade e conhecimento do mundo com independência, fugiu e criou sua filha sozinha.

Morena, com a pele pálida e olhos azuis, Rory na verdade se chama Lorelai Gilmore, assim como a sua mãe. Ainda no episódio piloto da série, a personagem explica que a genitora estava na maternidade quando começou a refletir sobre o motivo de ser aceitável que os homens coloquem os seus próprios nomes nos filhos. Então, “o feminismo falou mais alto”, e ela decidiu dar o seu nome à filha. (LIMA, 2018, p. 30).

Em muitas sociedades as meninas são desprezadas já no seu nascimento, são assassinadas ou abandonadas a própria sorte e isso é culturalmente aceito, principalmente em países do oriente que promoveram por muito tempo a “lei do filho único”. Nesta situação o entendimento dado ao nascimento de um bebê menina era de estorvo, despesa, problema, prejuízos. A solução estava em se livrar daquela criança e tentar novamente, na busca do filho homem. Assim, seja pelos atributos dados a sua força, potencialidade, resistência, inteligência ou meramente para herdar o nome de seu pai e levar seu sobrenome, ou linhagem, adiante, ainda não está distante a necessidade machista de as famílias gerarem um filho homem e seguir considerando mulheres como “acidentes de percurso”, “vacilada” e ou, na melhor das opções “princesinha do papai”, sendo, em todas as formas, além de desqualificação, extremamente abusivo e esse abuso se desdobra em muitas formas.

O abuso na infância

Vê-se na criança a pureza, a fragilidade, um ser de menor voz e conseqüentemente, menos direitos frente a sociedade. A criação, educação, sociabilidade, a vida de um menor está diretamente vinculada aos adultos que o cercam, principalmente os de maior proximidade, como pais, irmãos, avós, tios, primos. Assim como os cuidados necessários, a crueldade que está ligada ao domínio físico, a manipulação emocional e as consecutivas ameaças podem emergir do mesmo ambiente. Ter a vítima

dentro de casa é ter autoridade sobre ela. Como explicar, seja na infância ou, mesmo depois, na vida adulta que o ‘mau’ veio de quem, em realidade, deveria cuidar e proteger?

Uma menina abusada na infância vai carregar traumas para a vida toda, transformando esse trauma em alguma forma de superação, ou, sem o apoio necessário, se rendendo a ele e tendo uma vida movida a lembranças ou a falta delas, sem conseguir estabelecer um relacionamento estável, relações sexuais de qualidade e vínculos afetivos saudáveis.

Para Freud, médico neurologista, nascido em 1856, mais conhecido como o fundador da psicanálise, existem mecanismos de defesa que se estabelecem na psique humana quando há um acontecimento real com significado traumático. Esses mecanismos de defesa atuam apagando as lembranças do consciente e levando-as para o inconsciente, fazendo com que o indivíduo não tenha lembranças do ocorrido, mesmo que sinais de um trauma venham à tona no dia a dia sublimados em atitude e/ou escolhas deste. O recalcque como defesa primária é a existência de um afeto penoso, que transforma o desprazer em prazer quando exclui as memórias traumáticas da lembrança.

Minha memória é como um grande vaso que foi derrubado de uma janela. Todos os pedaços estão lá – alguns grandes, outros pequenos, e outros reduzidos a poeira. Enquanto tento colá-los, reunindo uma memória à outra, partes da história tornam-se claras e nítidas, mas sempre restam muitas lacunas e passagens perdidas. (JAMIESON, 2010, p.15).

O abuso acontece, em sua grande parte, no meio familiar, motivo que dificulta e, por vezes, impede a procura por ajuda e apoio. Cria-se um impasse emocional, além das vítimas terem maior dificuldade em contar para suas famílias sobre o fato, muitas famílias quando tomam conhecimento, não acreditam, não apoiam e, desta forma, aumentam o sentimento de culpa agregado a dor da violência sofrida. A dor do silêncio, ou ainda, do fato negado, dói tanto ou mais que os abusos sofridos. Segundo Araújo, Ana Paula (2020, p. 33) “As famílias não tocam no assunto por constrangimento ou receio, apesar de a maior parte dos casos ocorrer dentro de casa, considerado abuso intrafamiliar.”

Admitir tal situação em âmbito familiar, muitas vezes faz emergir segredos transgeracionais que a ‘lei do silêncio familiar’ havia guardado desde há muito. Sabe-se que um abusador, antes foi vítima. Assim como sabe-se também que nem toda vítima se tornará um abusador, porém para que isso ocorra é necessário quebrar os segredos de família, permitir que histórias sejam contadas para que possam ser compreendidas, entendidas, esgotadas e não mais apenas repetidas, reproduzidas, principalmente por entender que nem todo abuso é físico. A crueldade se manifesta de muitas formas e a ignorância, o desconhecimento dos fatos, história e situações é um de seus maiores propagadores.

O abuso no entretenimento infantil

A normalização do abuso, além de permear o inconsciente coletivo, pode possuir várias fontes de origem. Pensemos em imagens e exemplos nos quais as crianças se baseiam para constituir o seu eu. Além da construção errônea da identidade de mulher, em seus papéis sociais, a partir de situações distorcidas presenciadas no seu cotidiano familiar, pai x mãe, pais x outras figuras femininas da família, programação de entretenimento, seja filmes, novelas, reality.

Pegemos os exemplos dos contos de fadas, neles as mulheres são bruxas, madrastas assustadoras, tem inveja uma das outras, mas também há donzelas em perigo, que só podem ser salvas por uma forte e maravilhosa figura masculina. Uma criança, inocente em seus entendimentos, que se constitui a base de representações errôneas ou negativas sobre sua identidade de gênero, terá quais capacidades ou competências sócio emocionais desenvolvidas neste substrato de informações?

Em um conto de fadas de grande destaque, que apesar de provavelmente já existir antes, teve sua primeira publicação em 1697, no livro Contos da Mãe Ganso de Charles Perrault, enfatiza a “perda de inocência” da criança “devorada” pelo mundo mau e pelo homem abusivo, encontramos Chapeuzinho Vermelho. Menina que anda com uma capa, objeto simbólico de proteção contra o que a cerca, e leva doces para sua avó doente, acreditando que comer coisas boas além de ser a fonte de

prazer dos adultos também seria a cura. Ao sair na rua com duas opções de caminho, representação da ‘dúvida’ atribuída ao feminino, escolhe um e para em vários momentos, aqui na representação do ‘deslumbramento’, sempre encantada com o que vê. Ao chegar na casa da avó e se deparar com uma imagem diferente do que a de costume, temos a representação ‘distração’ quando ela questiona o aspecto estranho da imagem da avó, obtendo respostas abusivas que tem o objetivo de revelação de um mundo de medo e perversão. Após o fim das perguntas e respostas, o lobo, animal assustador e peludo que estava disfarçado de vovó, devora a menina.

Chapeuzinho andou por muito tempo colhendo flores e só parou quando não cabia mais nenhuma em suas mãos. Depois foi para a casa da avó. Estranhou que a porta estivesse aberta e quando entrou achou tudo tão esquisito que pensou: “Ai, meu Deus, por que estou com essa sensação estranha de medo? Eu sempre gosto tanto de estar na casa da vovó”. Então foi até a cama, abriu o cortinado e lá estava a avó com a touca enfiada na cabeça, cobrindo o rosto, com um aspecto estranho. “Oi, vovó! Mas que orelhas grandes você tem!” “É para te ouvir melhor.” “Vovó, mas que olhos grandes você tem!” “São para te ver melhor.” “Vovó, mas que mãos grandes você tem.” “É para te agarrar melhor!” “Mas, vovó, que terrível boca enorme é essa?” “É para te comer melhor.” E com isso o lobo saltou da cama, pulou sobre a pobre Chapeuzinho e a engoliu (GRIMM, 2018, p. 106-107).

Mesmo em sua reedição, em que um caçador consegue salvar a menina e a vovó, o medo e a salvação ainda são vinculados a figura masculina. O mesmo que ampara, antes devora, reforçando claramente sua postura de poder.

A busca da mulher por uma construção saudável em meio a uma sociedade abusiva

A constituição da cultura machista oprime mulheres, as molestadas, as violentadas, uma vez que essa opressão vem também da parte feminina da sociedade, nascida, criada e ensinada sobre o “pecado” desde o “original”, dos tempos de Eva, ao do corpo feminino, a eterna “culpa” que a mulher

carrega pelos abusos sofridos e silenciados. A violência contra o feminino não se estrutura apenas sob o estupro, está ligada também ao abuso emocional, físico, moral, doméstico, sexual, de gênero, intrafamiliar, econômica ou financeira e institucional.

Uma sociedade abusiva não tem como base apenas um apoio governamental falho, tem um apoio familiar, um apoio feminino, um apoio de propriedade do corpo falho. A quantidade de meninas que na sua criação, aprendem a baixar a cabeça é um fenômeno transgeracional que se perpetua pelos séculos, o medo ou o chamado respeito ao homem vem de uma visão machista e distorcida promovida inclusive dentro de casas das consideradas famílias tradicionais, respeitáveis, ortodoxas. A coerência não está em culpar a mulher pelo que ela é, mas sim em culpar o homem pelo que ele faz.

Opõe-se por vezes o “mundo feminino” ao universo masculino, mas é preciso sublinhar mais uma vez que as mulheres nunca constituíram uma sociedade autônoma e fechada; estão interligadas na coletividade governada pelos homens e na qual ocupam um lugar de subordinadas; estão unidas somente enquanto semelhantes por uma solidariedade mecânica; não há entre elas essa solidariedade orgânica e, que assenta toda uma comunidade unificada; elas se esforçaram sempre – nos tempos dos mistérios de Elêusis como hoje nos clubes, nos salões, nas reuniões beneficentes – por se ligar a fim de afirmarem um “contra universo”. Mas é ainda no seio do universo masculino que o colocam. (BEAVOUIR, 2019, p.407).

Traumatizadas

A interação com meio, do micro ao macro, se torna mais difícil após o trauma de um abuso. Encontrar forças para interagir e voltar ao que era com suas relações importantes é difícil e nem sempre possível. Uma mulher estuprada fica traumatizada. Uma jovem que anda na rua e escuta gracejos sobre o seu corpo, vindo de uma pessoa que não tem direito de falar sobre isso, também. Uma menina que é molestada sem nem entender o que está acontecendo, ainda mais.

Ser mulher é sair na rua torcendo que não seja violentada, é olhar para trás consecutivamente enquanto anda sozinha na rua, às três horas da tarde ou da madrugada. Os traumas gerados pelo

abuso são graves e podem levar ao suicídio em falta de apoio para o enfrentamento.

Muitas vítimas desenvolvem ansiedade, depressão, estresse pós-traumático, pânico, pesadelos e culpa por terem uma vida promíscua reativa. Não se trata de julgamento moral, nem daquelas que se trancam, evitam qualquer tipo de relação e parecem pudicas, fora de seu tempo; nem daquelas que tem sexualidade compulsiva. Trata-se de algo sofrido para as próprias mulheres. Elas passam a ter uma vida tensa e há aquelas que chegam ao ponto de tentar suicídio. (ARAUJO, 2020, p.252).

O trauma pode levar a fragmentação do eu, partes que se perdem. A falta de vontade em brincar, a dificuldade em conviver, a fobia escolar. Um estranhamento ao olhar no espelho e ver que a vontade de se arrumar mudou, de sair diminuiu, de se tocar se tornou amedrontadora. É um olhar diferente sobre a vida, enfrentar o trauma não significa que, seja criança, jovem ou mulher, vai lembrar detalhadamente do que aconteceu. As vezes esquecer, se torna a opção mais plausível, ou possível, de acordo com o seu mundo, revivendo em flashbacks ou pesadelos sem se reconhecer por inteira.

Quem sou eu?

Para o feminino, valoriza-se a possibilidade de se permitir entrar em transe como meio de sobrevivência, para não surtar com a sociedade. Ter o sentimento de ser algo para o mundo e não pra si.

Desde a infância, a erotização é forte, menstruar, independentemente da idade, é virar mulher, é usar roupa justa, ter que estar sempre bem penteada, gastar o seu tempo para que haja valorização vinda do seu meio. Ser mulher é viver se procurando em meio a uma confusão de ser o que? No mínimo o que a sociedade e a cultura determinam, em geral, muito longe de ser o que a mulher, enquanto sujeito de direitos e desejos, seria naturalmente, se assim lhe permitissem.

A visão popular brasileira, não diminuindo o machismo existente em outros países, é que a mulher é um corpo sensual, erotizado que vive batalhando para chegar ao que um homem é. É a

prostituta, a garçonne, a professora, a dona de casa, funções de servir ao outro, não se ser servida. Ser molestada, abusada, estuprada, é ser vista como serva, como menos, uma construção desvalorizada do feminino. O encontro a uma profissão, uma universidade, cargo de destaque são de maior luta e suor que para o sexo masculino. Ser promovida é ter tido relações com o chefe, notas boas é porque está saindo com o professor, gostar de futebol é ser maria chuteira, admirar carros é ser maria gasolina, estar grávida depois de poucos encontros é aplicar o golpe da barriga, usar roupa curta é “pedir para levar”, beber nos finais de semana é ser “vagabunda”, não se maquiar é ser desleixada. Títulos comumente dados as mulheres diminuindo todo o seu ego e fragilizando suas conquistas ou quereres, rótulos que costumam valorizar e manter a figura masculina como parte necessária no sucesso feminino. Como se descobrir, quando tudo o que te caracteriza é julgado como errado?

Os sentimentos de isolamento, de frustração das expectativas amorosas depois do casamento, de dificuldade de expressar emoções e conflitos, a luta por manter alguma autoestima quando os filhos cresciam (ou quando não se tinha filhos), a inibição diante dos homens e ao mesmo tempo a hostilidade abafada em relação a eles, as fantasias e os anseios por uma felicidade vaga e sempre fora de alcance são aspectos frequentes nos relatos de vidas das mulheres – tanto os confessionais quando os ficcionais. (KEHL, 2016, P. 81).

É mostrado, em comportamentos e grupos sociais, papéis exercidos a muitos anos que são colocados como feminino. A normalização da colocação de rótulos para um crescimento e desenvolvimento feminino baseado em preceitos que destinem a mulher como fonte de virilidade masculina. Ao longo dos anos o avanço da visibilidade feminina cresceu, ainda que considerado lento e com necessidade de maior expressão e popularidade. A mulher ainda é muitas vezes citada em suas conquistas dito popular “fez igual homem”, a valorização a partir do conceito de masculinidade impera quando algo foi feito com êxito. Ou foi feito por um homem ou por uma mulher que se assemelhe a ele neste fazer.

Torna-se importante alertar para a dificuldade de se dissociar do que domina, e a dificuldade de uma construção de individualidade a partir disso. A introspecção a partir da separação se faz

necessária para a análise de um ser único e, conseguir ver as particularidades já existentes, mas reprimidas pelo meio em que se inseria.

A cultura europeia dos séculos XVIII e XIX produziu uma quantidade inédita de discursos cujo sentido geral era promover uma perfeita adequação entre as mulheres e o conjunto de atributos, funções, predicados e restrições denominado *feminilidade*. (KEHL, 2016, P. 40).

A resiliência necessária para ser mulher

No Brasil, o termo “resiliência”, até ser utilizado, a partir do fim da década de 1990, nos estudos de psicologia e se espalhar para um público leigo por meio de matérias de autoajuda veiculadas na mídia, era desconhecido da maior parte da população. Não fazia parte do vocabulário coloquial brasileiro. E o que se poderia saber sobre ele nos dicionários e o que reflete o uso que os falantes da língua fazem de uma palavra era seu significado técnico ligado à física. (BRANDÃO *et al*, 2011).

A resiliência na física está relacionada a resistência e, nas ciências humanas, relaciona-se a capacidade de construção e reconstrução em meio a adversidades. Referindo-se aos problemas acometidos contra as mulheres desde muito tempo, se construir, inserida no sexo comumente oprimido, onde a possibilidade de sofrer com isso, de diferentes maneiras, está exposta desde o nascimento, gera uma necessidade de resiliência para que possa haver uma reconstrução acima das vivências traumáticas, uma transformação das experiências ruins em algo significativo e que agregue de certa forma na vida destas.

Desde o final da década de 1970, o conceito de resiliência tem sido estudado pela Psicologia e tem se tornado bastante popular, sendo usado para entender as consequências e a evolução de eventos considerados danosos. Assim, ao invés de ressaltar a impotência e o sofrimento, a preocupação se voltou para o entendimento da capacidade de resistir às adversidades, bem como sobre a força necessária para a saúde mental se restabelecer após a exposição a riscos. Procurava-se, portanto, compreender melhor a habilidade que algumas pessoas desenvolvem para se reequilibrar frente às adversidades. (MARTINS, 2011).

Ser uma mulher e fazer parte de uma revolução em andamento para um mundo feminino resiliente, não se trata de possuir uma armadura e não se machucar, fazendo-se lembrar sua ancestralidade onde as mulheres eram caladas e obrigadas a sofrer seus abusos e molestas quietas e ainda assim, manter a família e casa, sendo fiel ao marido e “honrando” por uma reputação aceitável em um meio indigno, é sobre se permitir sofrer, viver seus sentimentos, falar e tratar deles e ainda assim, evoluir. Com isso, o peso de ser resiliente aumenta, não é sofrer, é também tratar. Reviver muitas vezes e contar para pessoas de confiança para que possa ter um sentimento de acolhida e desenvolvimento.

Se trata de construir um meio não violento a partir de um que foi, é a reinvenção de algo penoso em superação. Ser feminina é ser resiliente, é superar para estar sã. É ressignificar.

Considerações finais

Ao final da realização deste artigo, somado ao nosso percurso de vida de mulher reforçamos ainda mais a certeza da necessidade da luta diária e cotidiana na afirmação do feminino em seus direitos e na resiliência aí implicada. O desenvolvimento da mulher segue se dando em uma sociedade machista e abusiva, apesar de se estar vivendo a segunda década do século XXI. Ainda em muitos “rincões” do nosso Brasil o lugar da mulher e o papel que lhe cabe, não está muito diferente do que reza a história. Quando pensamos no contexto global, a infinidade de exemplos que poderíamos citar de mulheres que fizeram e vem fazendo a diferença no cenário sociopolítico cultural é gigantesca, porém a visibilidade que lhes é dada segue sendo quase nenhuma. Faz-se indispensável promover e proporcionar espaços de fala, discussão e reconhecimento à mulher. Desde há muito não se é minoria, mas seguimos sendo vistas e tratadas como se fossemos. Seguimos sendo motivos de piadas e deboches nos espaços familiares, corporativos e até mesmo sociais, ocupando cargos e funções de igual ou maior importância e recebendo menos que os homens, sendo coagidas a silêncios intermináveis por medo da vergonha, culpa e retaliação. Chega de abuso.

Basta dos estigmas impostos a mulher como “presa” dá e na sociedade. A revolução que

possibilitaria um sistema igualitário baseado nas vontades e desejos de indivíduos únicos, tem ligação direta com o movimento feminista ainda crescente e carente de compreensão e entendimento.

Referências

ARAÚJO, Ana Paula. **Abuso**: a cultura do estupro no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2020.

BEAVOUIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BRANDAO, Juliana Mendanha; MAHFOUD, Miguel; GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria. A construção do conceito de resiliência em psicologia: discutindo as origens. 2011. **Paidéia, Ribeirão Preto**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 49, p. 263-271, ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2011000200014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 8 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.106 de 28 de março de 2005**. Altera o código penal. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11106.htm>. Acesso em: 14 abr. 2021.

GRIMM, Jacob; GRIMM, Wilhelm. **Contos maravilhosos infantis e domésticos**. São Paulo: editora 34, 2018.

JAMIESON, Alice. **Hoje sou Alice**: nove personalidades, uma mente torturada. 1. ed. São Paulo: Larousse do Brasil, 2010

KEHL, Maria Rita. **Deslocamento do feminino**: a mulher freudiana na passagem para a modernidade. 2. ed. São Paulo: Boitempo. 2016.

LIMA, Daniele Marques. **Tal mãe, tal filha? A representação das mulheres em Gilmore Girls**. Universidade Federal da Bahia Faculdade de Comunicação. Salvador, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/25961>>. Acesso em: 25 maio 2018.

MARTINS, Rosimeire de Carvalho. Abuso sexual e resiliência: enfrentando as adversidades. **Rev. Mal-Estar Subj. Fortaleza**, v. 11, n. 2, p. 727-750, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482011000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 8 abr. 2021.

MELO, Hildete Pereira de; MARQUES, Teresa Cristina Novaes. **A partilha da riqueza na ordem patriarcal**. 2018. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/19727>>. Acesso em: 20 maio 2021.

PERRAULT, Charles. **Contos da mãe gansa**. 1. ed. São Paulo: SESI – SP, 2018

SCAVONE, Lucila. Políticas feministas do aborto. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 675-680, ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000200023&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 8 abr. 2021.

SCHLACHTER, Lina; BEIVIDAS, Waldir. Recalque, rejeição, denegação: modulações subjetivas do querer, do crer e do saber. **Ágora (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 207-227, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982010000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 abr. 2021.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. 1. ed. São Paulo: Tordesilhas, 2014.